
124ª SESSÃO ORDINÁRIA 12DEZ2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, trago um assunto que repercute muito o momento difícil de falta de investimento no Estado. Sabemos que, nos últimos dias, aconteceu um temporal, mas é inadmissível que grande parte da Cidade tenha ficado sem luz. Onde eu moro, até agora, 14h18min, há 37 horas portanto, está sem luz. Isso é inadmissível. Eu pergunto: quem é que vai fazer esse ressarcimento? Já estamos fazendo um movimento para fazer uma ação coletiva contra a CEEE. Eu tenho o maior apreço pelo Presidente, sei que ele fez todos os esforços, mas é inadmissível que fiquemos 37 horas sem luz. Olhem o caos que isso gera. Nós estamos falando em novo milênio, início de um novo século, alta tecnologia, mas quando não se faz investimento nessa área, acontece isso. E o que nós estamos vendo é uma mostra do que vai acontecer no período de verão, ou seja, mais uma vez a população estará refém dessa situação. E aqui eu gostaria que o nosso Governador Tarso Genro viesse dizer quais são as políticas públicas que o Estado tem na área de investimento em energia.

(Aparte antirregimental do Ver. Carlos Todeschini.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Que bom, o Ver. Todeschini tem a solução. Que bom que o Ver. Todeschini tem a solução! Talvez ele possa ser o novo Secretário de Energia do Estado, e eu vou torcer e vou fazer esse esforço por V. Exa., porque, na realidade, é uma maneira, e aí eu vou ter uma comunicação mais próxima para pressionar o Governo do Estado, porque realmente precisamos fazer investimento em energia elétrica e em alternativas de energia no nosso Estado, porque isso é inadmissível, uma vez que causa uma série de transtornos. Lá é uma residência, mas são centenas de residências. E comércio? Por isso, quero, desde agora, mobilizar a população de Porto Alegre: vamos fazer um movimento para entrar com ações conjuntas contra a CEEE. Queremos o

ressarcimento daquilo que foi perdido tanto em questão de alimentos quanto de equipamentos, porque não é feito investimento. Muita falácia, muito factóide, mas zero de investimentos. E, se há dúvidas, basta colocar um telefone à disposição da população, e vai inundar de telefonemas, porque grande parte da Cidade ainda continua sem luz. Estou colocando um exemplo pessoal e não quero pessoalizar, mas 37 horas sem luz é inadmissível. Telefona-se para a CEEE e só se recebe a resposta: “Ah, estamos trabalhando”; “Ah, mas não tem tantas ligações desse segmento”. Então agora a orientação, por gentileza, é: reclamem e façam o protocolo; anotem o número do protocolo, porque nós temos que entrar com ações contra a CEEE, via Procon, via Ministério Público. Vou solicitar que a minha amiga, embora sendo do mesmo Partido, mas ela vai fazer isso, Ver.^a Maria Celeste, através da CEDECONDH, possa também reunir e convocar a CEEE para que venha a esta Casa explicar a falta de investimento. Eu sei que o Ver. Carlos Todeschini vai nos facilitar a vida, já vai dizer quais são os planos do Governador Tarso Genro para esse segmento. Pelo menos a população de Porto Alegre já vai esperar de outra maneira, porque, certamente – e eu não tenho nenhuma dúvida –, deve ter boas notícias. Mas nós não podemos aceitar é que, a cada chuva, a cada situação diferenciada na Cidade, ocorra o mesmo problema: falta de luz, falta de luz e falta de luz.

Caros amigos e público que nos assiste, telefonem, reclamem, anotem o protocolo, e depois vamos mobilizar a população para entrar com ações coletivas. Esse movimento nós temos que fazer em nome da Cidade e de todos os porto-alegrenses. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Muito obrigado, Ver. Professor Garcia.

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, este debate proposto pelo Ver. Professor Garcia é um excelente debate. Acompanho de perto a CEEE, desde que o seu Partido, com Antônio Britto, governou o Estado e, além de privatizar, além de entregar de presente a CEEE, lá foram encontrados os maiores escândalos já vistos na face da terra! Ver. Garcia, saiba o senhor que na Gerência de Pelotas havia fraudes de todas as ordens, havia crimes de todas as

naturezas, inclusive tráfico internacional de pessoas, que isso passava por dentro da Gerência da CEEE de Pelotas. Isso era o Governo Antonio Britto, que entregou a CEEE quebrada, esfacelada, privatizada. A cada dia primeiro de todo mês, já começava devendo R\$ 20 milhões. Isso era o Governo do PMDB, de Antônio Britto, Ver. Garcia. Foi um caos.

Junto com a companheira Dilma, fiz parte de uma comissão que participou da recuperação da CEEE, e a CEEE não foi privatizada, a CEEE foi recuperada por isso. Infelizmente, nos Governos seguintes, de Germano Rigotto e de Yeda, o caos voltou à tona, porque foram mais oito anos de desmonte, atraso e a mais pouca-vergonha! Tanto é que... nos últimos quatro anos, sabem quem foi o Diretor de Distribuição de energia da CEEE? Um enfermeiro de nível médio do Hospital Conceição! Um enfermeiro era o Diretor de Distribuição! Não fizeram absolutamente nada! Deixaram a Cidade no caos, não houve nenhum investimento! É por isso que o sistema entra em colapso. Em 1999, o consumo de energia chegou ao pico de 3.600 *megawatts*/dia, na hora de pico; agora está em 7.000, dobrou o consumo de energia em praticamente dez anos, e não foi feito nenhum investimento; ao contrário, foi feito tudo o que é tipo de picaretagem, de amadorismo e de empreguismo! Um enfermeiro de nível médio foi o Diretor de Distribuição nos últimos quatro anos, gente! Não conseguiu fazer absolutamente nada! É por isso que a Cidade está do jeito em que está. Fora os temporais, a demanda energética, que vem crescendo, dobrou, conforme os números que demonstrei aqui, porque teve mais computador; com o desenvolvimento do País e a inclusão de muita gente na classe média, houve mais eletrodomésticos...

Mas também tem um plano de recuperação da Companhia. Tem um plano de investimentos, sim, senhor, Ver. Garcia, da ordem de R\$ 3 bilhões, em que Porto Alegre, está sob a responsabilidade da CEEE distribuidora, junto com o Litoral Norte e o Litoral Sul até Bagé e Dom Pedrito. Haverá investimentos significativos em linhas de transmissão, em subestações serão pelo menos duas ou quatro significativas em Porto Alegre, uma delas será ao lado do Beira-Rio, e a outra será na região da Lomba do Pinheiro, que farão ou darão suporte à nova demanda energética, assim como é preciso reforçar as linhas, substituir transformadores e fazer com que o fornecimento de energia se adeque à demanda e à carga atual. Mas não é nem de perto aquilo que foi o Governador Britto, do PMDB, de seu Partido, nem de perto aquilo que foi o Governador

Rigotto, do seu Partido, o PMDB, e nem a tragédia do Governo Yeda na infraestrutura. Tragédia, não tem outro nome. É por isso que o Governador Tarso Genro assumiu a CEEE, não faz dois anos, e já há significativos esforços e medidas concretas para onde estão destinados R\$ 3 bilhões para o reforço no sistema de fornecimento de energia. Então, não é pouca coisa. Evidentemente, os consumidores da CEEE vão ter que ter um pouco de paciência, mas a Companhia vai recuperar, sim, as redes e as subestações e vai fazer os investimentos necessários para que todos tenham uma energia de qualidade, sem falar no Programa Luz para Todos urbano, que está em andamento e que vai regularizar a distribuição de energia nas vilas de Porto Alegre e da região metropolitana onde a CEEE faz o serviço por competência. Obrigado pela sua tolerância, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o tema, Ver. Garcia, que o senhor traz aqui, além de ser atual é necessário. Parece que o Rio Grande do Sul começou há 700 e poucos dias, e não lá atrás. Aqui não se fala no Governo Olívio, aqui não se fala em vários Governos, fala-se nos Governos Antônio Britto, Germano Rigotto. Agora, eu gostaria, já que parece estar iniciando o Governo Tarso, agora, com esses investimentos que o Ver. Todeschini coloca aqui, talvez sobre uma beiradinha de nada, alguns trocos desses três milhões e poucos reais, para que não ocorra mais, como ocorreu há 15 dias, como aconteceu de 16 residências de trabalhadores desta Cidade, que trabalham, que produzem, que ajudam a Cidade a crescer, fossem queimadas na Morada do Sol, aqui no Porto Seco, não vamos longe. Muito bem, nós estamos buscando essa solução, eu sou parceiro do Ver. Todeschini aqui, até porque entendo que ele está preocupado com essa situação, e eu também passei quatro anos aqui buscando junto à Aneel e em vários segmentos que regularizássemos a situação. Em Porto Alegre, são milhares de famílias que estão no “gato”, querendo pagar a sua luz, querendo ajudar a investir na própria CEEE, Ver. Pedro Ruas, querendo trabalhar pela Cidade, sendo que, perto de cada verão, têm as suas residências queimadas, e aí vão para uma casinha de emergência, que eu parabeno de certa forma,

mas que não é o adequado. Desculpem-me, mas não é residência para uma família, muitas vezes são cinco ou seis pessoas morando num espaço de 3mx2m, 3mx3m.

E aí eu vejo que resolvem os problemas aqui nesta Casa, por alguns criticando o que passou e não propondo o que vem para frente. Sabe quando é que nós vamos andar? Nunca. Nunca nós vamos conseguir resolver a situação das pessoas, das famílias que moram embaixo do “gato”, no alagamento, porque querem consertar as coisas em cima da crítica negativa, aquela crítica retrógrada, aquela crítica lá de trás. Não se faz uma política para abranger as pessoas, dar as condições para as pessoas. Pessoas que, muitas vezes, às 15h têm luz, às 18h não têm mais. E esse cidadão, esse trabalhador, essa família tem que ficar para trás, é de segundo escalão? Essas pessoas são de segundo escalão? Essas pessoas não produzem nesta Cidade? Elas não têm uma carteira assinada? Essas pessoas não têm direito a ter água, ter luz, ter uma moradia como qualquer ser normal desta Cidade? Foram 16 residências, 16 famílias que estão lá até agora recebendo as casas de emergência. Agora, viemos aqui lembrar do Governo Britto, do Governo Rigotto, do Governo Yeda. Eu ajudei esses governos. Andou-se muito lá, como também se andou no Governo Olívio. Então, eu acho que as pessoas têm que medir mais as palavras, as pessoas têm que propor andar para frente, as pessoas têm que propor a ser indutor de uma política construtiva, para frente, para a Cidade andar; muitas vezes, fazendo parcerias Vereador, o senhor sabe que eu sou um parceiro. O que eu sempre tentei realizar aqui foi sempre pelo caminho da parceria e não desfazer, menosprezar, diminuir. Olha, qualquer governo que chega ao Palácio Piratini, ao Planalto ou ao Paço Municipal chega pelo voto democrático e aprovado pela sociedade. Então, respeitem isso! E não venham aqui... Qualquer coisa eu saio para me defender, dando pau nos outros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, nós estamos assistindo a um momento bastante extraordinário neste País; é um momento em que, aparentemente, se passa a limpo o Brasil. O Brasil nunca assistiu a um julgamento

de políticos, ao vivo, do Tribunal de Justiça, coincidentemente, durante a campanha eleitoral. Eu acho que se o julgamento do ex-Presidente Fernando Collor de Mello assim tivesse sido realizado, não sei se ele seria isentado ou absolvido, como foi; hoje ele é candidato. Ao mesmo tempo, a gente assiste, Ver.^a Fernanda, mais uma vez, à soltura do Cachoeira, o *habeas corpus* funcionando, isso que é uma segunda condenação, porque da primeira ele já está recorrendo. E, no entanto, aqui no Rio Grande do Sul nós assistimos a prefeitos sendo vetados de concorrer ou tendo a sua vitória impugnada, como é o caso o Prefeito Tarcísio Zimmermann. Um prefeito que esteve numa inauguração em que o Governador Rigotto o citou, à época, não há crime nisso, está proibido ir, é verdade, mas onde está, Ver. Dib, o bom-senso? Quando o período, inclusive, esgotou, logo depois da eleição, uma cidade referendou a gestão, e a Justiça se pega num detalhe, num detalhe que não responde ao que é o espírito da ficha limpa, caso do Prefeito Tarcísio Zimmermann. Então, nós vemos um Collor de Mello, nós vemos um Maluf, que todo mundo diz que rouba, mas faz, e ele está livre; o Collor reeleito. Nós assistimos por outro lado, é verdade, ao julgamento do mensalão, mas questionável, a condenação de alguns deles, que é por suposição, não havia prova fática.

Eu quero comparar esse elemento a elementos de nosso Estado. Quero voltar a comparar ao tema do Prefeito de Bento Gonçalves, que imediatamente chamou o Ministério Público: venham para cá e intervenham, eu quero as contas abertas. Foi solicitado o afastamento do Prefeito. Nós aqui, em Porto Alegre, vivemos casos gravíssimos de corrupção, de desvio de recursos públicos; bastando o Prefeito dizer: não, está inscrito em dívida ativa; não, nós abrimos sindicância. Não tem problema nenhum com os Prefeitos que passaram por aqui; R\$ 10 milhões do ProJovem até hoje não explicados; R\$ 10 milhões do Instituto Sollus; na Saúde, agora, apareceram outros R\$ 11 milhões desviados. O Ministério Público não acha que tem que intervir na Prefeitura. Vejam a diferença: são R\$ 30 milhões desviados de Porto Alegre, e um Prefeito que vai numa inauguração; com um prefeito que vai numa inauguração, toda a integralidade da lei, reeleito, consagrado pela cidade de Porto Alegre, mesmo que o seu nome não aparecesse no resultado, ele ganhou com os votos nulos. E, de outro lado, uma Cidade que tem que explicar que perdeu recursos públicos, e aqui passa ileso.

Outras questões seriíssimas apareceram na campanha eleitoral, Vereadores, que eu espero que o Ministério Público represente, como a omissão que nós vimos no termo de

compromisso da Sollus, que eu espero que o Tribunal de Contas aponte. São questões gravíssimas, que lesam o interesse público da cidade de Porto Alegre, do cidadão de Porto Alegre, em áreas delicadas como a Saúde, a necessidade de infraestrutura, no caso das vilas ao redor do empreendimento da OAS. E o Ministério Público tem que ter a mesma dureza, a mesma gravidade utilizada contra os representantes do Partido dos Trabalhadores, em especial nos vários julgamentos aos que aqui me referi.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, colegas Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, venho a esta tribuna no período de Liderança do meu Partido, o PSD, agradecendo ao meu Líder, Ver. Tarciso Flecha Negra; quero falar um pouco sobre esse tema que hoje aqui está sendo objeto, sobre o dia de ontem, o dia que deixou Porto Alegre desamparada, desprotegida. As pessoas acharam que era o fim do mundo, marcado para o dia 21 de dezembro, mas hoje é dia 12 de dezembro de 2012; então hoje que poderia ser esse dia. Eu quero dizer que, enquanto nós estamos procurando culpados, se é o Estado, se é o Município, o coitado do cidadão é que está pagando o pato. Hoje nós temos ainda na Zona Norte famílias sem energia elétrica; a Zona Sul, em parte, também sem energia elétrica. Hoje nós estamos vendo a nossa Cidade bem arborizada, a nossa Cidade é uma das mais arborizadas do mundo, quem sabe, ela possa ser um pouco cúmplice do problema que ocorreu. Não adianta atribuir a culpa à CEEE! Não adianta atribuir a culpa à CEEE! Nós tivemos problemas em diversos locais da Cidade e a culpa foi justamente das árvores que tombaram em cima dos fios! Ora, nós sabemos hoje da dificuldade da fiscalização e da remoção de uma árvore, que, muitas vezes, está até embaixo dos fios de alta tensão. Enquanto nós não tivermos em Porto Alegre uma política de catalogar todas as nossas árvores e ali ter um espaço para se saber de quanto em quanto tempo está sendo feita a inspeção, para saber se está colocando em risco a população, em risco aqueles fios de alta tensão e da telefonia que passam, ou dos veículos que estão estacionados na rua... Nós não podemos conviver com esse risco iminente de, a qualquer momento, termos um grande prejuízo em Porto

Alegre. Quando nós instalamos e conseguimos avançar com a resolução da Aneel na nossa Comissão sobre a energia elétrica aqui nesta Câmara de Vereadores, nós tivemos a grande parceria da CEEE, que se prontificou a regularizar o problema de energia elétrica em áreas ocupadas em Porto Alegre para regularizar a energia. Mas, para tanto, o Município deveria fazer a sua parte: autorizar que ali pudesse ser colocada energia elétrica, assim como aconteceu na Vila Amazônia. Em diversas outras vilas de Porto Alegre isso ocorreu porque houve a anuência do Município. Mas, por outro lado, o Município disse: “Não, nós não vamos anuir porque nós estaremos sendo coniventes com essa ocupação, ou seja, nós estaremos avalizando a ocupação”. Mas nós não podemos pensar assim! Enquanto nós pensarmos dessa maneira, com essa burocracia que temos para aprovar projetos, vamos levar 50 anos para resolver o problema de Porto Alegre! E essas famílias vão crescendo! Então, nós temos que resolver o problema que está logo adiante, de forma imediata, para fazermos com que a gente possa minimizar o sofrimento dessas pessoas, e não deixar ocorrer incêndios pelos problemas da energia, dos “gatos”, nas casas dos nossos loteamentos. Nós precisamos que a energia seja regularizada. Porque essa grande queda de energia que ocorre em Porto Alegre se dá justamente pelo problema do entorno, que é prejudicado pela baixa da qualidade de energia, pelo problema dos “gatos”! Ora, então vamos fazer um mutirão, vamos fazer como fez a Aneel, que facilitou, com sua resolução, que se coloque energia provisória em todos os loteamentos irregulares, e, quando as famílias forem para o loteamento definitivo, retirem-se os fios e os postes e os levam para outro local. Aqui em Porto Alegre as coisas não acontecem assim. Será que vamos esperar acontecer catástrofes enormes para que o Poder Público saiba que energia é primeira necessidade? Aconteceu com diversos comerciantes e com outras pessoas de terem seus alimentos deteriorados, então, vamos pensar um pouco mais.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Beto Moesch está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o Ver. Tessaro provoca um assunto que eu considero de fundamental importância para a

Cidade. Qual é o mais grave problema para a cidade de Porto Alegre? Uma companhia, a CEEE, que lucra mais de R\$ 6 milhões por ano e não investe na modernização e na qualificação da sua rede elétrica. Nós continuamos tendo cabos, fios elétricos – sem proteção –, que são os chamados cabos ecológicos, e enterrados, então, nem se fala! E o pior é que não é apenas a CEEE. A rede de telefonia de Internet também utiliza uma rede aérea que polui visualmente a Cidade, sobremaneira; a Cidade está muito poluída e gera insegurança para as pessoas, porque esses fios estão expostos aonde os pedestres passam. E fica tudo por isso mesmo! Ainda por cima, a CEEE culpa a arborização! O pior é que, além de não admitir que ela não investe, que tem uma rede obsoleta e atrasada, ela ainda culpa a arborização! Aliás, é em virtude das podas radicais da CEEE que as árvores caem. Porque quando tu fazes uma poda radical o que acontece? Os galhos e o caule ficam necrosados, e, aos poucos, cai o galho, cai a árvore, enquanto que, ao contrário, quando temos uma arborização sadia, sem podas radicais, essa arborização protege a rede elétrica, protege as casas, porque a arborização sadia barra o vento, é escudo para o vento. Portanto, só não é pior a situação dos vendavais com mais de 100 quilômetros por hora que não ocorriam e ocorrem porque estamos diante de uma mudança climática que praticamente todos os cientistas e todas as academias de ciência reconhecem e não entendem como é que as nações e os políticos de uma forma geral não respondem a essa mudança climática, por isso temos vendavais, furacões, pois com mais de 100 quilômetros por hora não é mais um vendaval. Se não fosse a arborização, seria muito pior, porque nós temos parques, praças de arborização que fazem parte da história de Porto Alegre, e não venha nenhum Governo dizer que é em virtude da sua administração que temos essa arborização que está aí, mas isso ocorre por empenho da população de Porto Alegre. Se não fosse essa arborização dos parques e das praças, as consequências das mudanças climáticas em Porto Alegre seriam muito piores. Portanto, não culpem a arborização. Vereador Pedro Ruas, não culpe a arborização. Ao contrário, ela que está protegendo. Faço aqui um apelo aos Vereadores que ficam e aos que vêm no próximo ano: isso tem de ser pautado aqui na Casa. Como vamos continuar permitindo uma fiação elétrica aérea, sem proteção, e não estou falando da subterrânea, que seria a mais adequada, exposta, não só da CEEE, mas da telefonia e da NET também? Aí vem a poda radical de árvore, a árvore cai, porque a poda foi radical, e ainda culpam a arborização pelos males que estão aí. Por favor, aí é demais! Volto a insistir: é justamente

por causa da arborização que os malefícios não são ainda piores com relação a esse tema. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente Mauro Zacher; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, eu reitero a importância de um tema que deveria ter uma definição imediata por parte desta Casa, que é exatamente esta nova denúncia: agora eu ainda ouvia nas rádios, confirmada pela própria Procuradoria-Geral do Município, de que o Instituto Sollus, a empresa amaldiçoada que fraudou em R\$ 9,6 milhões, na época, a área da Saúde em Porto Alegre, agora tem confirmada a fraude de mais de R\$ 11 milhões na Previdência Social. E a Previdência Social já anunciou que vai executar o Instituto Sollus e, solidariamente, o Município de Porto Alegre. Ou seja, como o Instituto Sollus não tem nada para ser executado, pois o que tem está penhorado a própria Prefeitura tratou de fazer penhoras importantes, vão cobrar, Ver. Elói Guimarães, R\$ 11 milhões do Município de Porto Alegre, que vai ter que pagar.

E nós vamos ter que ficar sem saber, continuar sem saber, continuar sem conhecimento de quem auxiliou, quem permitiu a fraude. Eu não vi as guias ainda, Ver. Carlos Todeschini, mas segundo as rádios, a fraude é grosseira: são 24 meses de guias falsas, totalizando R\$ 11,2 milhões, aceitas no Município. Aceitas! Foram valores pagos pela Prefeitura Municipal, que não chegaram à Previdência, e agora a Prefeitura cobra da Sollus, que não tem recursos, e quem vai pagar é a Prefeitura. Vai pagar duas vezes R\$ 11 milhões. Mas nós não podemos investigar. Ver. Tarciso, Vereadores do PSD, na verdade, a decisão é de S. Exas., porque a situação já disse que não vai investigar, que não quer investigação. Já foi dito, reiteradas vezes, pelos Partidos da situação, que se roubou 5, 10, 20, e que isso tanto faz. Eles não vão investigar, vão deixar assim; tudo bem. Essa é a posição da situação. Eles têm algum receio de que respingue no Prefeito. Não sei qual é o problema. A oposição e o PSD, Ver. Tessaro, Ver. Tarciso, Ver. Bernardino Vendruscolo, querem investigar.

Esta é uma hora de muita responsabilidade, porque nós precisamos investigar e nós não queremos que esta CPI seja utilizada para negociações políticas; nós queremos uma posição firme! Quem decide agora, Ver.^a Sofia Cavedon, é o PSD. Os Partidos da situação já disseram que não querem investigação; a oposição quer investigar. Aguardamos a posição do PSD. Já procurei reunião, já busquei reunião e não tive sucesso. Então, eu coloco isso da tribuna. Este tema, repito, Ver. Toni Proença, que também não assina a CPI, estes R\$ 11 milhões já foram pagos pela Prefeitura e serão pagos novamente. A Previdência Social vai executar a Sollus e a Prefeitura. Serão pagos novamente esses valores, e nós não vamos investigar. Nós vamos deixar isso assim? Então, que isso fique claro para a população, para toda a população: a Câmara Municipal, por sua maioria esmagadora, superior à situação, está abrindo mão de investigar. Que isto fique claro: é uma posição política que a Câmara toma, mas o futuro nos enxergará e cobrará, a cada momento, o que ocorre no dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Apregoo o PLE nº 058/12, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos em Comissão no âmbito da Empresa Pública de Transportes e Circulação, EPTC.

Antes de ingressarmos na Ordem do Dia, e já convocando as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores que estão em seus gabinetes, eu convido os Srs. Líderes para se aproximarem da Mesa, para que possamos tratar das prioridades para a Ordem do Dia. Estão suspensos os trabalhos para a Reunião Conjunta das Comissões.

(Suspende-se os trabalhos às 14h56min.)

O SR. MAURO ZACHER: (18h24min) Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo Mensagem Retificativa, de autoria do Executivo, ao PLE nº 051/12.

Apregoo Mensagem Retificativa, de autoria do Executivo, ao PLE nº 055/12.

Apregoo Mensagem Retificativa, de autoria do Executivo, ao PLE nº 052/12.

Apregoo o Memorando nº 038/12, de autoria da Ver.^a Maria Celeste, que solicita representar esta Casa, no dia de hoje, às 15h, na sede do Procon, na inauguração das salas de aula da Escola do Consumidor.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
124ª Sessão Ordinária 12DEZ2012

Apregoo o Memorando nº 046/12, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que solicita representar esta Casa, no dia de hoje, das 8h30min às 18h, na sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília-DF, na posse do Ministro Augusto Nardes.

Apregoo o PR nº 046/12, de autoria do Ver. Carlos Todeschini, que concede a Comenda Porto do Sol, ao Sr. Carlos Alberto Necchi Barcellos.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLL nº 020/12.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h27min.)